

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 28 de março de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2012	2011	2012	2011
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	292.105	163.048	CIRCULANTE	2.248.865
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	153.514	11.158	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e)	10.251
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6)	-	7.750	Dividendos a Pagar (Nota 11d)	10.032
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	108.066	113.051	Passivos Financeiros (Nota 9)	1.806.647
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	30.525	31.089	Outras Obrigações (Nota 10)	421.935
NÃO CIRCULANTE	8.035.622	7.336.322	NÃO CIRCULANTE	556.701
Realizável a Longo Prazo	64.605	27.450	Passivos Financeiros (Nota 9)	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	24.964	924	Outras Obrigações (Nota 10)	556.701
Crédito Tributário (Nota 12)	39.641	26.526	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.522.161
Investimentos (Nota 7)	4.671.444	4.009.299	Capital Social (Nota 11a)	4.019.189
Intangível (Nota 8)	3.299.573	3.299.573	Reservas de Lucros (Nota 11c)	1.043.412
TOTAL	8.327.727	7.499.370	Outros Resultados Abrangentes	459.560
			TOTAL	8.327.727

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011		2012	2011
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	403.195	412.026	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	636.615	670.504	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	403.195	412.026
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14)	(214.056)	(217.149)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Despesas Tributárias (Nota 12)	(18.678)	(29.974)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(636.615)	(670.504)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(686)	(11.355)	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outros	220.574	236.515
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	403.195	412.026	Lucro Líquido Ajustado	(12.846)	(21.963)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	13.054	26.632	Redução/(Aumento) em Ativos	6.631	(2.172)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	416.249	438.658	Aumento em Obrigações	6.905	501.361
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)	0,21	0,28	Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	690	477.226
			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
			Aquisição de Investimentos	-	(4.272.469)
			Alienação de Investimentos	-	29.196
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	233.760	129.296
			Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	233.760	(4.113.977)
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
			Liquidação/Emissão de Debêntures	(819.244)	2.300.000
			Aumento de Capital	503.818	1.363.336
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	396.000	-
			Dividendos Pagos	(172.668)	(82.697)
			Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(42.094)	3.580.639
			Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	142.356	(56.112)
			Início do Exercício	11.158	67.270
			Fim do Exercício	153.514	11.158
			Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	142.356	(56.112)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Outros		Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	
	Capital Social	Reservas de Lucros Legal, Estatutária				
Saldos em 31.12.2010	2.152.035	32.076	291.478	64.314	-	2.539.903
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	438.658	438.658
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	111.714	-	111.714
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	550.372
Aumento do Capital Social por Subscrição de Ações (Nota 11a)	1.363.336	-	-	-	-	1.363.336
Destinações: - Reservas	-	21.933	285.817	-	(307.750)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	(130.908)	(130.908)
Saldos em 31.12.2011	3.515.371	54.009	577.295	176.028	-	4.322.703
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	416.249	416.249
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	283.532	-	283.532
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	699.781
Aumento do Capital Social por Subscrição de Ações (Nota 11a)	503.818	-	-	-	-	503.818
Destinações: - Reservas	-	20.812	391.296	-	(412.108)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(4.141)	(4.141)
Saldos em 31.12.2012	4.019.189	74.821	968.591	459.560	-	5.522.161

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A NCF Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos instrumentos financeiros
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. Os valores dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico
Os ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados que são observáveis no mercado, incluindo nos limites a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

(iii) Passivos Financeiros
São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata* dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:
• Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente, são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Nesta categoria, encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 10.

d) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.

e) Ativo Intangível
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)
O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas. O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Companhia sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição. A composição dos ativos intangíveis encontra-se na Nota 8.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2012 e de 2011, não houve perda por *impairment*.

g) Patrimônio líquido
(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

(ii) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são providos das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários" e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre variação monetária dos depósitos judiciais, é registrada na rubrica "Provisão para Riscos Fiscais". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, quando aplicável, baseados nas expectativas atuais de realização.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada com a soma do imposto corrente, resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social estão apresentados na Nota 16.

j) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, do recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

k) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/ indiretos, do Banco Bradesco S.A. e da Bradespar S.A., os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1
Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão;

Nível 2
Dados observáveis que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio; e

Nível 3
Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Bancos - conta corrente	6	8
Fundos de investimentos financeiros (1)	153.508	11.150
Total	153.514	11.158

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco.

6) VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Aplicação em CDB - Certificado de Depósito Bancário (1)	-	7.750
Total	-	7.750

(1) Estes ativos foram classificados na categoria de valor justo por meio de resultado, enquadradas no nível 2.

7) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 636.615 (2011 - R\$ 670.504); e

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	8
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	4
CONSTRUDECOR S.A.	12
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.	2
TITANIUM HOLDINGS S.A.	10

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no Capital Social	Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Banco Bradesco S.A. (1) (3)	30.100.000	71.330.788	11.169.099	156.757	47.092	5,33%	3.801.931	3.161.684	595.313	490.677
Bradespar S.A. (1) (3)	3.900.000	9.319.539	442.680	30.388	2.236	9,33%	869.513	847.615	41.302	179.827
Total							4.671.444	4.009.299	636.615	670.504

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31.12.2012;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 28 de março de 2013 e em 20 de março de 2013, respectivamente.

8) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 3.299.573 (2011 - R\$ 3.299.573), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor das ações e o respectivo valor contábil, sendo decorrente de ações do Banco Bradesco S.A. - R\$ 2.805.368 e da Bradespar S.A. - R\$ 494.205, os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) PASSIVOS FINANCEIROS - DEBÊNTURES

Em maio de 2011, a Companhia, efetuou a primeira emissão de 2.300 Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, totalizando R\$ 2.300.000, prazo de duração de 2 (dois) anos, contados da data de emissão, com vencimento em maio de 2013.

As debêntures farão jus a remuneração equivalente a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até o final do período de capitalização.

Em março de 2012, ocorreu resgate antecipado parcial de 751 debêntures, correspondente ao montante de R\$ 819.244.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Circulante		
Emissão de Debêntures	1.806.647	-
Total	1.806.647	
Não Circulante		
Emissão de Debêntures	-	2.472.394
Total	-	2.472.394

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Circulante		
Contratos de Mútuo	-	512.851
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (1)	421.845	-
Outras Contas a Pagar	90	90
Total	421.935	512.941
Não Circulante		
Contratos de Mútuo (2)	556.701	-
Total	556.701	-

(1) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e

(2) Contratos de Mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	1.073.294.541	966.904.975
Preferenciais	956.563.333	861.744.667
Total	2.029.857.874	1.828.649.642

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de fevereiro de 2011, deliberou-se o aumento de Capital Social, no montante de R\$ 48.700, elevando-o de R\$ 2.152.035 para R\$ 2.200.735, mediante a emissão de 24.350.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 12.875.149 ordinárias e 11.474.851 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 02 de maio de 2011, deliberou-se o aumento de Capital Social, no montante de R\$ 1.314.636, elevando-o de R\$ 2.200.735 para R\$ 3.515.371, mediante a emissão de 616.765.575 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 326.116.982 ordinárias e 290.648.589 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 08 de março de 2012, deliberou-se o aumento de Capital Social, no montante de R\$ 378.800, elevando-o de R\$ 3.515.371 para R\$ 3.894.171, mediante a emissão de 155.245.902 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 82.086.821 ordinárias e 73.159.081 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de dezembro de 2012, deliberou-se o aumento de Capital Social, no montante de R\$ 125.018, elevando-o de R\$ 3.894.171 para R\$ 4.019.189, mediante a emissão de 45.962.330 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 24.302.745 ordinárias e 21.659.585 preferenciais.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 2012, foi de R\$ 0,21 (2011 - R\$ 0,28), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	416.249	438.658
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	1.991,046	1.567,606
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais)	0,21	0,28

c) Reservas de Lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias, as ações preferenciais não possuem direito a voto e a sua vantagem consistirá em prioridade no reembolso do capital, no caso de dissolução da sociedade, bem como em dividendos de 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício de 2012, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	416.249	
Reserva legal	(20.812)	
Base de cálculo	395.437	
Dividendos propostos em 2012	4.141	
Total geral dos dividendos propostos em 2012	4.141	1,0
Total geral dos dividendos em 2011	130.908	31,4

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
COFINS	14.808	13.702
PIS	3.215	2.975
Outros (1)	655	13.297
Total	18.678	29.974

(1) Refere-se, basicamente, às despesas com IOF.

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Editais e publicações	125	130
Outras (1)	561	11.225
Total	686	11.355

(1) Em 2011, inclui basicamente, a comissão à assessoria financeira/corretagens/taxas, na aquisição de ações do Banco Bradesco S.A. de propriedade do Banco Espírito Santo S.A. (BES).

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Juros passivos, líquidos dos juros ativos (1)	(220.033)	(227.174)
Rendimento de aplicação financeira em fundos de investimentos	5.798	9.220
Rendimento de aplicação financeira em CDB	179	805
Total	(214.056)	(217.149)

(1) Inclui, basicamente, juros sobre debêntures, no montante de R\$ 153.444 (2011 - R\$ 172.467); atualização de contratos de mútuo, no montante de R\$ 43.196 (2011 - R\$ 54.258); e atualização do adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 25.845.

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	6	-	8	-
Aplicações financeiras:				
Banco Bradesco S.A.	-	179	7.750	805
Juros sobre o capital próprio e dividendos - a receber/ (pagar):				
Banco Bradesco S.A.	108.066	169.694	113.051	152.608
Fundação Bradesco	(8.466)	-	(111.051)	-
Cidade de Deus Cia. Cial. Participações	(1.563)	-	(67.373)	-
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(3)	-	(135)	-
Valores a receber:				
Titanium Holdings S.A.	-	-	-	513
Outras obrigações:				
Cidade de Deus Cia. Cial. Participações	(978.546)	(69.041)	(512.850)	(54.259)

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	403.195	412.026
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(137.086)	(140.089)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	216.448	227.972
Juros sobre o capital próprio recebidos	(66.247)	(61.298)
Outros valores	(61)	47
Imposto de renda e contribuição social do exercício	13.054	26.632

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(61)	106
Impostos diferidos:		
Utilização no exercício de prejuízo fiscal e base negativa	13.115	26.526
Imposto de renda e contribuição social do exercício	13.054	26.632

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em		Realização	Saldo em
	31.12.2011	Constituição		
Origem do Crédito Tributário	31.12.2011	Constituição	Realização	31.12.2012
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	26.526	13.115	-	39.641
Total dos créditos tributários, líquidos	26.526	13.115	-	39.641

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 30.525 (2011 - R\$ 31.089) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 24.964 (2011 - R\$ 924), referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e impostos de renda de exercícios anteriores.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 10.251 (2011 - R\$ 12.773) referem-se, basicamente, a PIS - R\$ 1.829 (2011 - R\$ 1.983) e COFINS - R\$ 8.422 (2011 - R\$ 9.133).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não possuía contingências cíveis, fiscais e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devassem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2012 e 2011; e

b) Em 2012 e 2011, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia realizou, em 15 de março de 2013, resgate parcial antecipado de debêntures. O valor do resgate correspondeu ao valor nominal unitário de cada Debênture que foi resgatada, acrescido da remuneração de 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI de um dia, calculada *pro rata temporis*, desde a data da primeira subscrição e integralização até a data do efetivo pagamento do resgate.

DIRETORIA	
Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão	Diretores Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Tribuço Cappi
Diretor Vice-Presidente Antônio Bornia	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Abreu José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

NCF Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Osasco, 10 de abril de 2013

Zenko Nakassato
Contador - CRC 1SP160769/O-0

DO.online

Descubra 120 anos de história.
Agora, você tem todo o acervo do Diário Oficial,
disponível desde 1891, com a busca por palavra-chave.
Gratuitamente.

Imprensa Oficial, garantia de transparência
e segurança da informação.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 67
São Paulo, quinta-feira, 11 de abril de 2013

Página 7

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 28 de março de 2013.

Diretoria

	BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
CIRCULANTE	292.105	163.048	2.248.865	704.273
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	153.514	11.158	10.251	12.773
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6)	-	7.750	10.032	178.559
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	108.066	113.051	1.868.647	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16c)	30.525	31.089	421.935	512.941
NÃO CIRCULANTE	8.836.822	7.336.322	556.701	2.472.394
Realizável a Longo Prazo	64.605	27.450	-	2.472.394
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	24.964	924	556.701	-
Crédito Tributário (Nota 16c)	39.641	26.526	5.522.161	4.322.703
Investimentos (Nota 7)	4.671.444	4.009.299	4.019.189	3.515.371
Intangível (Nota 8)	3.299.573	3.299.573	1.043.412	631.304
TOTAL	8.327.727	7.499.370	459.560	176.028
			8.327.727	7.499.370

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	2012	2011	2012	2011
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	403.195	412.026	403.195	412.026	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	636.615	670.504	636.615	670.504	
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14)	(214.056)	(217.149)	(214.056)	(217.149)	
Despesas Tributárias (Nota 12)	(18.678)	(29.874)	(18.678)	(29.874)	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(686)	(11.355)	(686)	(11.355)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	403.195	412.026	403.195	412.026	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	13.054	26.632	13.054	26.632	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	416.249	438.658	416.249	438.658	
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11a)	-	-	0,21	0,28	
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 11b)	-	-	0,21	0,28	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Eventos					
Saldos em 31.12.2010	2.152.935	32.076	64.314	2.189.325	2.189.325
Lucro Líquido do Exercício	-	-	438.658	438.658	438.658
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	111.714	111.714	111.714
Lucro Abrangente	-	-	-	550.372	550.372
Aumento do Capital Social por Subscrição de Ações (Nota 11a)	1.363.336	-	-	1.363.336	1.363.336
Destinações - Reservas	-	21.933	285.817	(307.750)	-
- Dividendos Pagos	-	-	(130.908)	(130.908)	-
Saldos em 31.12.2011	3.515.371	54.009	577.295	176.028	4.322.703
Lucro Líquido do Exercício	-	-	438.658	438.658	438.658
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	283.532	283.532	283.532
Lucro Abrangente	-	-	-	699.781	699.781
Aumento do Capital Social por Subscrição de Ações (Nota 11a)	503.818	-	-	503.818	503.818
Destinações - Reservas	-	20.812	391.296	(412.108)	-
- Dividendos Propostos	-	-	(4.141)	(4.141)	-
Saldos em 31.12.2012	4.019.189	74.821	968.591	459.560	5.522.161

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A NCF Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.538/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores estimativas disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição da caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.
c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos instrumentos financeiros
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia gere tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação são reconhecidos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem: instrumentos patrimoniais, que, de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. Os valores dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico
Os ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.
(iii) Passivos Financeiros
São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata* dia), quando aplicável.
A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:
A posição custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente, são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Nesta categoria, encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia.
Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita ou despesa operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.
e) Ativo Intangível
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou valor contábil e, quando necessário, são amortizados futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se o valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Agio (Goodwill)
O agio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.
O agio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O agio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o agio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Companhia sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição. A composição dos ativos intangíveis encontra-se na Nota 8.
f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
A Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2012 e de 2011, não houve perda por *impairment*.

(g) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.
(h) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Patrimônio Líquido		Resultado	
	Capital Social	Ajustado	Ajustado	
Banco Bradesco S.A. (1) (3)	30.100.000	71.330.788	11.469.090	
Bradespar S.A. (1) (3)	3.900.000	9.319.539	442.680	
Total				

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31.12.2012.
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 28 de março de 2013, respectivamente.

8) INTANGÍVEL
O intangível corresponde ao agio de R\$ 3.299.573 (2011 - R\$ 3.299.573), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor das ações e o respectivo valor contábil, sendo decorrente de ações do Banco Bradesco S.A. - R\$ 2.805.368 e da Bradespar S.A. - R\$ 494.205, os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) PASSIVOS FINANCEIROS - DEBÊNTURES
Em maio de 2011, a Companhia, efetuou a primeira emissão de 2.300 Debêntures Simples, não convertíveis em ações, da espécie quinquagária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, totalizando R\$ 2.300.000, prazo de duração de 2 (dois) anos, contados da data de emissão, com vencimento em maio de 2013.
As debêntures farão jus a remuneração equivalente a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculadas por *rate temporis* desde a data de emissão até o final do período de capitalização.
Em março de 2012, ocorreu resgate antecipado parcial de 751 debêntures, correspondente ao montante de R\$ 819.244.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Circulante		
Emissão de Debêntures	1.806.647	-
Total	1.806.647	-
Não Circulante		
Emissão de Debêntures	-	2.472.394
Total	-	2.472.394

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Circulante		
Contratos de Mútuo	-	512.851
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (1)	421.845	-
Outras Contas a Pagar	90	90
Total	421.935	512.941
Não Circulante		
Contratos de Mútuo (2)	556.701	-
Total	556.701	-

(1) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescido da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.
(2) Contratos de Mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	1.073.234.541	966.904.975
Preferenciais	656.563.333	981.744.827
Total	2.029.857.874	1.828.649.842

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Circulante		
Contratos de Mútuo	-	512.851
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (1)	421.845	-
Outras Contas a Pagar	90	90
Total	421.935	512.941
Não Circulante		
Contratos de Mútuo (2)	556.701	-
Total	556.701	-

(1) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescido da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.
(2) Contratos de Mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	1.073.234.541	966.904.975
Preferenciais	656.563.333	981.744.827
Total	2.029.857.874	1.828.649.842

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Circulante		
Contratos de Mútuo	-	512.851
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (1)	421.845	-
Outras Contas a Pagar	90	90
Total	421.935	512.941
Não Circulante		
Contratos de Mútuo (2)	556.701	-
Total	556.701	-

(1) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescido da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.
(2) Contratos de Mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	1.073.234.541	966.904.975
Preferenciais	656.563.333	981.744.827
Total	2.029.857.874	1.828.649.842

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Circulante		
Contratos de Mútuo	-	512.851
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (1)	421.845	-
Outras Contas a Pagar	90	90
Total	421.935	512.941
Não Circulante		
Contratos de Mútuo (2)	556.701	-
Total	556.701	-

(1) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescido da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.
(2) Contratos de Mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	1.073.234.541	966.904.975
Preferenciais	656.563.333	981.744.827
Total	2.029.857.874	1.828.649.842

continuação

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de fevereiro de 2011, deliberou-se o aumento de Capital Social, no montante de R\$ 48.700, elevando-o de R\$ 1.152.035 para R\$ 2.200.735, mediante a emissão de 24.350.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 12.876.149 ordinárias e 11.473.851 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 02 de maio de 2011, deliberou-se o aumento de Capital Social, no montante de R\$ 1.314.636, elevando-o de R\$ 2.200.735 para R\$ 3.515.371, mediante a emissão de 616.765.575 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 326.116.982 ordinárias e 290.648.593 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 08 de março de 2012, deliberou-se o aumento de Capital Social, no montante de R\$ 378.800, elevando-o de R\$ 3.515.371 para R\$ 3.894.171, mediante a emissão de 155.245.902 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 62.096.621 ordinárias e 73.159.081 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de dezembro de 2012, deliberou-se o aumento de Capital Social, no montante de R\$ 125.018, elevando-o de R\$ 3.894.171 para R\$ 4.019.189, mediante a emissão de 45.962.330 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 24.302.745 ordinárias e 21.659.585 preferenciais.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 2012, foi de R\$ 0,21 (2011 - R\$ 0,28), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro 2012	2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	416.249	438.658
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	1.991.046	1.567.606
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais)	0,21	0,28

c) Reservas de Lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social e;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias, as ações preferenciais não possuem direito a voto e a sua vantagem consistirá em prioridade no reembolso do capital, no caso de dissolução da sociedade, bem como em dividendos de 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da Lei societária.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício de 2012, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	416.249	
Reserva legal	(20.812)	
Base de cálculo	395.437	
Dividendos propostos em 2012	4.141	1,0
Total geral dos dividendos propostos em 2012	4.141	31,4
Total geral dos dividendos em 2011	130.908	
(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo.		

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	2011
COFINS	14.808	13.702
PIS	3.215	2.975
Custos (1)	655	13.297
Total	18.678	29.974

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	2011
Ediais e publicações	125	130
Outros (1)	561	11.225
Total	686	11.355

(1) Em 2011 inclui basicamente a comissão à assessoria financeira/corretagem/taxas, na aquisição de ações da Banco Bradesco S.A. de propriedade do Banco Espírito Santo S.A. (BES).

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	2011
Juros passivos, líquidos dos juros ativos (1)	(220.033)	(227.174)
Rendimento de aplicação financeira em fundos de investimentos	5.798	9.220
Rendimento de aplicação financeira em CDB	179	805
Total	(214.056)	(217.149)

(1) Inclui, basicamente, juros sobre debêntures, no montante de R\$ 153.444 (2011 - R\$ 172.457); atualização de contratos de mútuo, no montante de R\$ 43.196 (2011 - R\$ 54.258); e atualização do adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 25.845.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nos Administradores e Acionistas da

NCF Participações S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2012		Em 31 de dezembro 2011	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	6	-	8	-
Aplicações financeiras:				
Banco Bradesco S.A.	-	179	7.750	805
Juros sobre o capital próprio e dividendos - a receber(pagar):				
Banco Bradesco S.A.	108.066	169.694	113.051	152.608
Fundação Bradesco	(8.466)	-	(111.051)	-
Cidade de Deus Cia. Cial. Participações	(1.563)	-	(67.373)	-
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(3)	-	(135)	-
Valores a receber:				
Titanium Holdings S.A.	-	-	-	513
Outras obrigações:				
Cidade de Deus Cia. Cial. Participações	(978.546)	(69.041)	(512.850)	(54.259)
Remuneração do pessoal-chave de Administração				
Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.				

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social) aliqüidos de 20% e 9%, respectivamente ...	403.195	412.026
(137.086)		(140.089)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tribuladas nas empresas correspondentes	216.448	227.972
Juros sobre o capital próprio recebidos	(96.247)	(61.265)
Outros valores	(61)	47
Total do imposto de renda e contribuição social de exercício	13.954	26.632

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(61)	106
Impostos diferidos:		
Utilização no exercício de prejuízo fiscal e base negativa	13.115	26.526
Imposto de renda e contribuição social de exercício	13.054	26.632

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2012
Origem do Crédito Tributário	26.526	13.115	-	39.641
Prejuízo fiscal/lucro negativo da contribuição social	-	-	-	-
Total dos créditos tributários, líquidos	26.526	13.115	-	39.641

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 30.525 (2011 - R\$ 31.089) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 24.964 (2011 - R\$ 924), referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e impostos de renda de exercícios anteriores.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 10.251 (2011 - R\$ 12.773) referem-se, basicamente, a PIS - RS 1.829 (2011 - R\$ 1.983) e COFINS - RS 8.422 (2011 - R\$ 9.133).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não possui contingências civis, fiscais e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2012 e 2011; e

b) Em 2012 e 2011, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia realizou, em 15 de março de 2013, resgate parcial antecipado de debêntures. O valor do resgate correspondeu ao valor nominal unitário de cada Debênture que foi resgatada, acrescido da remuneração de 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI de dia, calculada pro rata temporis, desde a data da primeira subscricao e integralização até a data do efetivo pagamento do resgate.

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Lázaro de Melo Brandão

Diretor Vice-Presidente

Antônio Borna

Diretores

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

Julio de Siqueira Carvalho de Araújo

João Alcides Munhoz

Aurélio Corrado Boni

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Marco Antonio Rossi

Marco Aparecido Galandê
Contador - CRC 1SP201309/O-6

Osasco, 10 de abril de 2013

Zenke Nakassato
Contador - CRC 1SP160769/O-0

Que este seja seu epitáfio: que ela fez nosso país grande novamente.

David Cameron, premiê britânico, sobre Margaret Thatcher.

Dá para privatizar um funeral?

Até na morte Margaret Thatcher inspira polémica. Críticos condenam uso de dinheiro público para o suntuoso funeral da ex-primeira-ministra britânica.

Os planos para o funeral de Margaret Thatcher se transformaram em uma dor de cabeça de segurança e motivo de debate nacional na Grã-Bretanha, ontem, em uma repetição após a morte da ex-primeira-ministra das divisões provocadas por ela em vida.

O funeral cerimonial com honras militares, previsto para a próxima quarta-feira, começará com uma procissão pelo centro de Londres até uma missa na Catedral de St. Paul.

Mais de 700 membros das Forças Armadas britânicas participarão do cortejo fúnebre da "Dama de Ferro", que morreu na segunda-feira passada, aos 87 anos, após um derrame.

Em uma quebra de protocolo destacando a estatura excepcional de Thatcher, a rainha Elizabeth e seu marido, o príncipe Philip, estarão presentes. A última vez que a monarca compareceu ao funeral de um primeiro-ministro foi quando Winston Churchill morreu, em 1965.

A polícia se prepara para distúrbios provocados por manifestantes ou até mesmo ataques de dissidentes do Exército Republicano Irlandês, o IRA.

Festas em várias cidades para comemorar a morte da ex-líder, na segunda-feira, terminam em prisões, e a imprensa local relata que a polícia pode prender preventivamente encrenhos antes do funeral. Mas muitas pessoas contrá-

Carroll McNaughton/Reuters



Pichação em muro em Belfast, na Irlanda do Norte, diz: 'Dama de Ferro? Enferruje em paz'.

rias à ideologia de livre mercado de Thatcher afirmam que ela era uma figura controversa demais para ter um funeral normalmente reservado à realeza, como o da princesa Diana ou da rainha-mãe.

"Vamos privatizar seu funeral. Colocá-lo em leilão competitivo e aceitar o lance mais barato. É o que ela queria", disse o

cinasta Ken Loach, cujos filmes denunciam o impacto das políticas da ex-premiê conservadora na classe trabalhadora.

A família de Thatcher está pagando parte dos custos do funeral, mas outra porção será paga pelo Estado. Segundo estimativas da rede BBC, os gastos podem chegar a 10 milhões de libras (US\$ 15,3 milhões).

O secretário de Relações Exteriores britânico, William Hague, disse que é correto celebrar "uma líder de proporções históricas na história de nosso país". "Acho que podemos nos dar ao luxo de contribuir para um funeral", disse ele à BBC.

Parlamento - Retornando do receso de Páscoa, o Parlamento britânico realizou on-

tem uma sessão extraordinária para homenagear a ex-primeira-ministra.

O primeiro-ministro conservador, David Cameron, e o líder da oposição trabalhista, Ed Miliband, concordaram ao elogiar alguns dos sucessos de Thatcher durante os 11 anos que esteve no poder, de 1979 a 1990.

"Que este seja seu epitáfio: que ela fez nosso país grande novamente", disse Cameron.

Já Miliband ressaltou sua oposição ideológica em relação a Thatcher, apesar de admitir que foi uma "líder política fora do comum", e ressaltou que ela soube iniciar o restabelecimento da enfraquecida economia e defender a soberania britânica das Ilhas Malvinas.

Em meio aos tributos, alguns parlamentares do Partido Trabalhista destacaram os efeitos negativos das políticas da ex-premiê, como o desemprego e a falência de indústrias.

Vários legisladores de esquerda não compareceram, dentre eles o ex-ministro de Habitação John Healey, que disse que "o legado de Thatcher é muito amargo para provocar comotão nacional". (Agências)

Leia mais na página 3

11 5531-1370 / 11 99210-0550 / 11 98626-9019

Espaço Reservado
Consultoria de Imóveis S/C Ltda.

www.espacoreservado.com.br

Rua Demóstenes, 339 - Campo Belo - São Paulo- SP
mf.bertuzzi.almeida@gmail.com - espacoreservadoconsultoria@ig.com.br

Casa Jardim Guadalupe
Luzosa e moderna residência - 2 suítes Master, sendo uma com hidromassagem - 3 dormitórios, possuem muitos armários e sala interna, living, sala de jantar, Suana Úmida, quintal muito verde. 6 vagas para carros e 2 quartos de empregada. 966 m² de terreno e 450 m² de área construída. A casa é toda pintada em tons claros, o que ajuda na iluminação da casa. R\$ 3 milhões

Mansão Jardim Guadalupe
Promta para morar. Exuberante propriedade com 4 dormitórios (sendo 1 suite Master), hidromassagem e closet, sala de jantar e de estar, academia, escritório, adega Bar com nicho p/ bebidas. Terreno em anexo para 8 carros. Na entrada social cabem 4 carros e possui + 34 m². Terreno: 1.430 m² e 800 m² de área construída. R\$ 7 milhões

Cidade Jardim
Mansão charmosa, clássica. Terreno de 2.513 m² com 931 m² construídos. Áreas distribuídas com muita sofisticação. Biblioteca, sala de teatro, Suíte Master. High social magnífico, duas piscinas, sendo uma coberta. Subsolo com elevador Atlas. Valor: R\$ 15 milhões

Campo Belo
Casa de altíssimo padrão internacional com quatro suítes, amplo living e áreas ambientes, sala de jantar (vários espaços distribuídos). Cozinha e cozinha bem amplas, churrasqueira, piscina aquecida, dependência de empregados e de motorista, Adega subsolo climatizada, Garagem para cinco automóveis grandes, quintal circulado ao redor da casa. Obs: Manutenção muito prática, nas áreas e segura.

Vila Nova Conceição
Prédio de dois andares no topo da Rua República do Líbano. Ideal para clínica ou empresa. Terreno de 420 m² com 350 m² construídos. 4 vagas de garagem hoje + 4 amanhã. Escritório montado com biblioteca. Na parte superior existem 4 salas com as janelas viradas para a rua, mantendo a privacidade entre os vizinhos. R\$ 3 milhões, incluindo apartamento na região como parte do pagamento.